



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TOMADA DE PREÇOS nº 01/2021**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada visando a modernização e assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças, de elevadores dos edifícios do TRT3

**IMPUGNANTE:** TK Elevadores Brasil Ltda

## **1. RELATÓRIO**

*TK Elevadores Brasil Ltda*, CNPJ 90.347.840/0007-03, apresentou **IMPUGNAÇÃO** ao Edital em epígrafe, requerendo a revisão de cláusulas diversas do instrumento convocatório, sobretudo no que tange à dotação orçamentária, à omissão quanto à admissibilidade de faturamento do material com CNPJ da matriz, à dosimetria das penalidades impostas no caso de inexecução contratual, e ainda, no que se refere a questões de natureza técnica.

A Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, a Diretoria de Orçamento e Finanças e a Secretaria de Gestão Predial, unidade técnica/demandante da presente licitação, manifestaram-se acerca das alegações da impugnante.

É o relatório.

## **2. ADMISSIBILIDADE**

### **2.1 – Tempestividade**

O §1º do art. 41 da Lei 8.666/93, regente da presente licitação, dispõe que *“qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação”*.

No presente caso, a abertura dos envelopes foi designada para o dia 01/09/2021, às 09h00, e a impugnação foi apresentada por intermédio de correspondência eletrônica enviada no dia 20/08/2021, às 18:13hs, sendo, portanto, tempestiva.

## **3. MÉRITO**

### **3.1 Dotação Orçamentária**

A impugnante contesta a natureza da despesa orçamentária informada no edital, conforme a qual:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

*2.1. A despesa resultante desta licitação correrá à conta da dotação orçamentária mediante verba: Classificação: PTRES 168029 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado de Minas Gerais – Plano Orçamentário: 0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Natureza da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.*

Aduz que, conforme prevê o inciso III, do §2º do art. 7º da Lei 8.666/93, “as obras e serviços só poderão ser licitados quando houve previsão de recursos orçamentários”, e que “sem a competente previsão orçamentária, a licitante interessada não tem ciência da forma como será realizada a emissão de notas fiscais (percentual de fornecimento de equipamentos x percentual de prestação de serviços)”.

A este respeito, a Secretaria de Gestão Predial - SEGPRES, unidade demandante e gestora do contrato, assim se manifestou:

*“[...] esclarecemos que este regional faz a contratação de serviços que contemplam todo o fornecimento de materiais, mão de obra, lucros, impostos, etc. e não compra de materiais. Ademais, não é possível definir quanto da dotação orçamentária é destinada a peças ou a serviços. O objeto é Serviço”.*

A Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF, responsável pela reserva orçamentária, elucidou a questão:

*Com relação à dotação orçamentária, a empresa cita o trecho do edital que trata da dotação, solicita esclarecimentos e faz alusão o art. 7º, parágrafo segundo, inciso III, da Lei nº 8666/93, que prevê que as obras e serviços somente poderão ser licitados quando houver previsão de recursos orçamentários. **Informamos que o processo está devidamente instruído no e-pad 22144/2021, não havendo nenhuma irregularidade ou omissão de informações, conforme prevê o referido artigo da Lei 8666/93, estando os recursos corretamente previstos na INFORMAÇÃO N. SEPEOC/SEO/190/2021 (doc. n. 28173-2020-64).***

*Além disso, a TK Elevator pontua que “sem a competente previsão orçamentária a licitante interessada não tem ciência da forma como será realizada a emissão de notas fiscais”. **Salientamos que a despesa orçamentária é classificada independentemente do tipo de documento fiscal emitido pela contratada. Para a emissão das notas fiscais a empresa deve observar o enquadramento do tipo de serviço executado na legislação tributária. A Lei Complementar 116/2003 traz o seguinte:***



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

*§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.*

*O serviço de manutenção de elevadores se enquadra no subitem 14.01 do anexo da Lei Complementar 116/2003, que descreve a atividade de "Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)".*

*Atualmente, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região tem contratos de manutenção de elevadores firmados com diversas empresas (contratos 17SR065, 17SR066 e 19SR024), inclusive com a empresa em questão, e todas emitem apenas uma Nota de Serviços englobando toda a despesa, sem distinguir material ou serviços. Porém, conforme excetua o item 14.01, **caso a empresa opte por discriminar o valor referente as peças e partes empregadas, deve emitir, além da nota fiscal de serviços, uma nota fiscal de venda mercantil, não sendo necessário, para tanto, alterar a classificação orçamentária***. - grifamos

Portanto, no que respeita à reserva orçamentária, não há nenhuma alteração a ser feita.

### **3.2 Da necessária proporcionalidade e dosimetria nas multas percentuais**

A impugnante discorda também das multas estipuladas nos instrumento convocatório, notadamente aquelas a serem aplicadas nos casos de inexecução contratual parcial (15%, calculados sobre o valor total do contrato) e nos casos de rescisão contratual por culpa da Contratada (20%, calculados sobre o valor total do contrato).

*Aduz que “as referidas multas fogem às regras de proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que os percentuais aplicados são excessivos e altamente onerosos, incidentes tendo como base de cálculo o valor total do contrato”.*

Pleiteia a alteração do edital, no sentido de fixar como patamar máximo, multa de 10% sobre o valor da parcela inadimplida.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

Relativamente ao tema, a SEGPRE justificou a necessidade de manutenção das multas nos citados patamares, pontuando que:

*“[...] uma vez iniciados os serviços de modernização com determinada fabricante, este deve ser conduzido até o final e, em um eventual abandono das obras iniciadas por determinada fabricante, traria enormes prejuízos para este Regional, visto que as modernizações parcialmente realizadas seriam quase que na totalidade perdidas e não poderiam ser continuadas por outra fabricante por terem componentes e tecnologias empregadas que são de domínio de cada fabricante e que não se “comunicam”.*

*Ademais, a penalização será sopesada de acordo com o caso, podendo ser aplicada em percentual até aquele especificado, podendo portanto ser inferior”.*

Com efeito, o subitem 21.1 do edital estipula que:

*“21.1. A Administração poderá, garantida ampla e prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, **segundo a extensão da falta cometida**, as seguintes penalidades.*

*[...]*

*II. Multa por inexecução parcial do contrato de **até 15%** (quinze por cento), aplicável nos atrasos superiores a 30(trinta) dias, com incidência sobre as mesmas referências de valores mencionadas no subitem I do item 21.1.*

*III. Multa por inexecução contratual parcial de **até 15%** (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, vigente à época da aplicação da penalidade, de onde tenha originado a sanção (manutenção ou modernização), conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual.*

*IV. Multa de **até 20%** (vinte por cento) sobre o valor total dos contratos (manutenção e/ou modernização), vigente à época da aplicação da penalidade, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão”.*  
- grifamos

Deste modo, não há que se falar na alteração do edital, no que concerne à dosimetria das penalidades e multas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**3.3 Da omissão quanto à admissibilidade de faturamento do material com CNPJ da matriz**

*Alega a impugnante que “o ato convocatório não dispôs sobre a possibilidade ou vedação de faturamento da venda de materiais através de CNPJ da matriz, mesmo quando da participação de filial da empresa no certame”.*

*Esclarece que, “embora o serviço seja prestado pela filial, quem efetivamente fabricará os equipamentos é a matriz, de sorte que não há razão para que haja impedimento de faturamento da nota fiscal emitida pela matriz quando a filial contratou com o órgão público em questão”.*

*Argumenta que matriz e filial são estabelecimentos da mesma pessoa jurídica e cita decisões do TCU no sentido de que “tanto a matriz, quanto a filial, podem participar de licitação e uma ou outra pode realizar o fornecimento, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica” (Acórdão 3056/2005 – Plenário) e de que “não obstante, pode ser admitida a entrega de bens por filial/matriz, quando essa condição estiver prevista nos atos convocatórios e nos contratos” (Acórdão 1923/2003 – Primeira Câmara).*

*Instada a se manifestar sobre a matéria, a DOF remeteu-se a parecer exarado no âmbito do processo e-PAD 38.565/2018, referente ao Pregão Eletrônico nº 18/2018, que tratou de caso semelhante em um pedido de esclarecimento.*

*Seguem trechos do mencionado parecer (doc. 38565-2018-26):*

***“1) O licitante vencedor poderá OPTAR por faturar parte dos equipamentos que são objeto deste Pregão por um dos estabelecimentos (MATRIZ ou FILIAL) e a outra parte dos equipamentos por outro dos seus estabelecimentos (MATRIZ e FILIAL), à sua livre escolha, e será considerado como participante do Pregão unicamente a PESSOA JURÍDICA da licitante (independente do número - ou prefixo - do CNPJ)?***

*Trata-se de matéria tratada em Acórdãos do TCU, tais como o Acórdão TCU-1923/2003, Acórdão TCU-3551-2008, Acórdão 3056/2008- Plenário; blog da ZENIT; Pedido de Esclarecimento nr. 3 – PE nº 4, ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – Diretoria de Gestão, conforme transcrições, abaixo:*

***Em razão de abordagens diferentes, sugere-se o encaminhamento à análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral, para se firmar o entendimento a ser aplicado no âmbito deste Tribunal.***



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

*Observa-se que, no entendimento exarado pelo TCU no acórdão 1923/2003 é permitida a emissão de nota por filial, desde que o Edital admita que, na execução do contrato, a empresa vencedora do certame se utilize de suas filiais, estabelecendo ainda que, nesses casos, a filial emita suas próprias notas fiscais”,*

*[...]*

***“2) Caso o entendimento em relação à questão 1) anterior não esteja correto, quais são; no entender de V.Sas. e para fins de participação neste Pregão, os requisitos que permitirão ao licitante vencedor faturar por seus diferentes estabelecimentos (MATRIZ e/ou FILIAIS)?***

***R.: Nos termos da manifestação exarada no Acórdão 1923/2003 deve haver previsão no Edital e nos Contratos. No entanto, sugere-se análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral.***

***3) No caso de serem indicados os requisitos mencionados no item 2) anterior, os mesmos requisitos deverão ser cumpridos pelos licitantes no momento da entrega da proposta escrita ou apenas na ocasião do efetivo faturamento dos equipamentos, quando for o caso?***

***R.: A licitante deverá comprovar a habilitação da matriz e das filias participantes durante o certame, na fase de habilitação, conforme Acórdão 1923/2003. No entanto, sugere-se análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral.”***

Como se vê, naquela oportunidade, a DOF manifestou-se no sentido do acatamento do pedido do interessado, desde que houvesse previsão editalícia, sugerindo, no entanto, o encaminhamento da questão à análise da Assessoria Jurídica, para se firmar entendimento a ser aplicado no âmbito deste Regional, tendo agora, quando novamente provocada, repetido tal posicionamento.

Com efeito, tem-se que, por ocasião da licitação PE 18/2018 deste Tribunal, decidiu-se por incluir no edital as seguintes cláusulas:

***“As empresas que tiverem mais de um estabelecimento (matriz e filiais) poderão executar o contrato por estabelecimento diverso daquele que participou da fase de lances. Neste caso, no momento da habilitação deverá ser apresentada toda a documentação de***



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

*habilitação dos estabelecimentos que executarão o ajuste (matriz e filiais)”.*

*“Caso ocorra, na fase de execução contratual, fato superveniente que justifique a troca do estabelecimento que entregará o objeto, a alteração poderá ser efetuada desde que se mantenha a regularidade habilitatória, pela apresentação dos documentos referentes à regularidade fiscal do novo estabelecimento, devendo as notas fiscais serem emitidas em nome deste último”.*

A Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, respondendo a consulta feita pela Comissão de Licitação no âmbito do presente certame (TP 01/2021), emitiu parecer *“entendendo que a solução adotada no âmbito do PE 18/2018 é suficiente para o saneamento do Edital desta Tomada de Preços, no aspecto”.*

Neste ponto, portanto, procede o pleito da impugnante, devendo o edital da Tomada de Preços 01/2021 ser alterado, com a finalidade de permitir o faturamento tanto pelo CNPJ da matriz, quanto da filial, desde que devidamente habilitadas.

### **3.4 Dos questionamentos técnicos relativos à prestação dos serviços**

Além dos apontamentos retromencionados, a impugnante faz uma série de questionamentos de natureza técnica, os quais foram submetidos à apreciação da SEGPRES, que assim se manifestou:

#### **- Configurações Quadrúplex (Goitacazes) e Triplex (Curitiba)**

*Diante do questionamento da Licitante e, de forma a melhorar o funcionamento dos equipamentos, alteramos o Projeto Básico de forma que:*

- Os elevadores da Rua dos Goitacazes funcionarão no modo Triplex + Simplex, sendo que os equipamentos em funcionamento no modo Triplex poderão ser colocados em modo independente com a retirada do carro do grupo. Serão necessárias, ainda, apenas 3(três) colunas de botoeiras de Pavimento e não 4(quatro) conforme especificado anteriormente*
- Os elevadores da Rua Curitiba funcionarão no modo Duplex + Simplex, sendo que os equipamentos em funcionamento no modo Duplex poderão ser colocados em modo independente com a retirada do carro do grupo. O conjunto de 3(três) colunas de botoeiras permanece.*



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

*Essa alteração promoveu modificações nos itens 3.1.1, 3.2.1 do anexo I e no item 7.6 do Projeto Básico.*

### - Item 9.1 - Chave Comutadora do Ventilador.

- Retiramos a exigência de chave comutadora no subitem "a" e mantivemos as especificações do item 9.1, subitem "r".
- O Subitem "o" foi corrigido e feito o esclarecimento quanto à utilização de lubrificador das guias e dos coletores de óleo e passou a ter a seguinte redação:

#### **o. Kit de lubrificação automática das guias**

Fornecimento e instalação, para cada elevador operando com corredeiras de Nylon, de kit de lubrificação automática e dos coletores de óleo no poço. O kit de lubrificação, por questões técnicas, é dispensado nos equipamentos que utilizam corredeiras de rolo (Rollerguides).

- Subitem "v" alterado e a informação complementada passando a ter a seguinte redação:

#### **v. Demais itens**

Fornecimento e Instalação de cornijas novas (protetor de soleira), balaustrada de manutenção acima das cabinas e, para os elevadores de serviço, pinos fixados nos painéis laterais e no fundo, com o fornecimento de 1(uma) unidade completa de protetor acolchoado.

### - Item 9.6 - Subitem "k" - Freios da máquina de tração

*Os itens "5" e "9.6" – "d" do "anexo I" foram alterados.*

*Não é possível suprimir essa exigência, visto que é obrigatório, em casos de modernização de equipamentos, a instalação de freio com ação dupla, conforme item 12.4.2 da Norma NBR NM 207/1999.*

*Diante desse questionamento, informamos que, durante a formação de orçamento estimativo, a proposta da fabricante dos equipamentos atuais da Rua Curitiba contemplou a substituição de todo o conjunto de tração, sendo que o valor apresentado se enquadra no valor proposto por este Regional para que seja feita a modernização. Dessa forma, não há que se realizar readequação de preço para uma possível substituição do conjunto de tração.*





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

Como se vê, a área técnica, diante da presente impugnação, verificou a necessidade de fazer algumas alterações no instrumento convocatório, de ordem técnica, conforme enumerado acima.

**4. CONCLUSÃO**

Ante o exposto, resolve a Presidente da Comissão de Licitação receber e conhecer da impugnação oferecida por *TK Elevadores Brasil Ltda*, por tempestiva, e, no mérito, provê-la parcialmente, nos termos da fundamentação supra, sobretudo dos pareceres técnicos emitidos pelas unidades consultadas, os quais adota em seu inteiro teor e fazem parte deste *decisum*.

A abertura do certame será adiada *sine die* para que se proceda aos ajustes no edital.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2021.

**Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça**  
Presidente da Comissão de Licitação